



Anais da Assembléia

Nº 169

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 249ª SESSÃO ORDINÁRIA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1975
(Quarta-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, Secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fiedicino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, David Federmann, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Linau Tura, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51); achando-se ausnetes os Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin e Jorge Sato (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPERIENTE:

OFÍCIO:

Do Senhor Elias Siqueira Saliba, Secretário Geral da 1ª CON-CON, no qual comunica haver sido realizada nos dias 26 a 31 de outubro de ano em curso, nas instalações da Faculdade de Direito de Curitiba – Associação de Ensino Novo Ateneu, o seu 1º Con-Con, reunindo convenção e Congresso, com indiscutível sucesso. – **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

– de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 185/75, e dispensa de publicação de redação final dos Projetos de Resolução nºs 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 171, 172, 178, 179, 186/75 e de Lei nºs 151 e 165/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa da audiência da Comissão de Recursos Humanos para o Projeto de Lei nº 143/75,

que dispõe sobre a Organização Administrativa Judiciária.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Comemorando o ano Mundial da Mulher, e querendo prestar uma justa homenagem, a quem nos deu a “Luz”, que é nossa Mãe, faço um apelo e como sugestão à Primeira Dama do País, Dona Lucy Geisel, que interceda junto à Sua Exa. Sr. Presidente da República, fazendo justiça à Mulher Brasileira, na proibição de propagandas obscuras e imorais, que vem afetando a família brasileira, no que tange a moral e os bons costumes.

O que vem acontecendo à nossa Pátria, é a má formação interna de nosso povo, em ritmo acelerado da decomposição de nossa estrutura que é a família. Devemos crer e confiar em nossa Mulher, que é representante do nosso lar e o futuro de nossa Pátria.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) – Está finda a leitura do ex-presidente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli, no Pequeno expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI – (Lendo): “Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O elemento humano constitui a mais séria preocupação de toda a administração pública. A máquina burocrática absorve a pessoa tornando-a apenas uma engrenagem no funcionamento da administração. Envolve uma gama de problema que compreende a política salarial, a execução de tarefas de toda a espécie, desde os altamente técnicos até os mais humildes.

Dois fenômenos apresenta a administração pública, constatável facilmente: a preocupação do homem de iniciativa privada de procurar a repartição pública e um geral descontentamento do servidor público. Estes dois fatos constituem preocupação do governo, especialmente em nossos dias, quando a iniciativa privada busca atrair elementos capacitados para sua atividade.

Dentro desta perspectiva é que pretendo analisar a política que o Governador Canet Jr. vem implantando, através da Secretaria de Recursos Humanos. A reforma da administração Pública centralizou a política de recursos humanos numa só Secretaria. Creio que é um grande passo em prol de uniformização de tratamento que será dispensado ao servidor paranaense.

Neste setor de recursos humanos o Paraná se torna pioneiro racionalizando e modernizando o trabalho. A implantação da Secretaria instituída pela Reforma absorveu grande parte do trabalho do Secretário e sua equipe. Apesar da exiguidade de tempo, Gastão de Abreu Pires, norteado pela filosofia de que “em nada adianta idealizar e implantar a mais moderna e sofisticada máquina administrativa, se não contar com elemento humano habilitado para realizar as atividades da administração nos seus mais diversos escalões” determinou o cadastramento geral dos Recursos Humanos. O cadastramento é moroso, mas indispensável. Antes da reforma, havia diversos órgãos que cuidavam individualmente do pessoal, agora acham-se agrupados num único.

Com a implantação do Banco Central de Dados relativo aos recursos humanos será possível conhecer a força e a capacidade humana com que conta a administração para alcançar os fins colimados.

O cadastramento que abrangeu a totalidade dos servidores estaduais constitui-se num instrumento de diagnóstico para constatar o que existe e para poder recomendar a necessidade de recrutamento que será feito através do Instituto de Recursos Humanos. O Secretário Gastão de Abreu Pires, encarregado pelo Governador Canet Júnior de cuidar da meta homem, no setor do funcionalismo público civil, militar, bem como das autarquias, não se teve ao trabalho de gabinete. Deslocou-se para o interior, a fim de sentir de perto os problemas, as necessidades, bem assim para expor a nova filosofia da Secretaria.

A presença da Secretaria possui grupos setoriais de Recursos Humanos em cada Secretaria de Estado. A orientação daquela pasta é de manter constantemente um elo com os servidores. Para que este vínculo não fosse esporádico, mas constante, foi criado o Conselho Consultivo em que há representantes do Governo e da classe dos servidores. Estas iniciativas certamente merecem os nossos aplausos.

A presença da pasta fez-se presente em três leis que se constituíram nas importantes mensagens que o governo enviou a esta Assembléia.

O Estatuto do Magistério, elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, teve uma efetiva colaboração da pasta dos Recursos Humanos. Essa lei tão reclamada pelo professor hoje está nesta Casa para o exame dos legisladores.

Alei das férias com vantagens, uma grande conquista da classe do funcionalismo, mereceu desde os primeiros instantes não só o apoio, mas o entusiasmo de Gastão Pires.

Veio ele com seus assessores para debater numa Comissão especial de Deputados para que todos pudessem gozar tranquilamente das férias, tão necessárias para que haja maior produtividade e maior rentabilidade funcional.

Finalmente a mensagem governamental que se refere ao aumento de vencimentos.

Há longos anos o funcionário acostumou-se a receber o aumento de seus parcos vencimentos a prestação, em forma de abono e nisto houve num passado recente uma substancial perda no aumento dos vencimentos dos funcionários. Desta vez o Governador Jayme Canet Júnior, com a efetiva participação da Pasta dos Recursos Humanos, enviou a mensagem dentro das disponibilidades do erário público um aumento razoável, e a partir de janeiro.

A breve existência da Secretaria de Recursos Humanos, já se fez presente em nossa vida administrativa e o servidor estadual sente que possui um órgão que vela por ele. Por estas razões é que aplaudimos a Pasta e o seu titular Gastão de Abreu Pires que já conquistou a simpatia da Classe."

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, segundo orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Classificando de "Grande Prefeito" por S. Exa. o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, o Engenheiro Saul Rais, Chefe do Executivo Municipal de Curitiba manteve importantíssimos encontros em Brasília.

Levou ao Presidente, ao Ministro do Interior e a outros órgãos federais diversas reivindicações, dentre as quais a liberação de verbas para o plano Piloto de Curitiba e de outros recursos para o desenvolvimento de formidáveis programas para maior progresso da Capital do Estado.

O Prefeito curitibana manifestou também, ao Chefe da Nação a certeza de amplo sucesso dos candidatos do seu Partido, Aliança Renovadora Nacional, nas eleições municipais de 1976, quando será renovada a Câmara Municipal de Curitiba.

Este fato, Sr. Presidente, se constitui em evidência de que o Engenheiro Saul Rais vai popularizar ainda mais a sua administração de modo de serem atendidas as justas aspirações do povo, notadamente da respeitável parcela que vive nos bairros da cidade que dirige.

Na verdade, se houver em todas as áreas governamentais a aplicação da técnica por critérios políticos — pois política é a arte de dirigir os negócios públicos de modo a bem atender as necessidades do povo — certo que, mais rapidamente, atingiremos o ponto de equilíbrio nas relações administrador-cidadão.

Por isto, ratifico desta tribuna as palavras de confiança que compuseram o discurso que proferi no dia em que está augusta Assembléia Legislativa referendou o nome do Engenheiro Saul Rais para Prefeito de Curitiba indicado pelo Excelentíssimo Governador Jayme Canet Júnior que, por sua vez, com invulgar sensibilidade imprime excelente ritmo na máquina administrativa paranaense."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Deputado Lineu Turra, terceiro orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos reiteradamente apelado ao Governo do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes no sentido de que voltassem suas vistas para as estradas da região que tenho a satisfação de representar nesta Casa, que é Palmeira e São João do Triunfo.

Pedi, em sentido prioritário, a pavimentação asfáltica da estrada que liga a cidade de Palmeira a Ponta Grossa. O projeto apresentado por nós nesta Casa, apesar de aprovado, foi vetado pelo Governador.

Nós não encontramos justificativa nenhuma para aquele veto, senão uma restrição que ele faz, pensadamente, ao atendimento da gente daquela região.

Solicitamos ao Sr. Secretário dos Transportes, providências para a melhoria da estrada que liga São João do Triunfo a Palmeira que está intransitável e que até por uma incapacidade administrativa do DER, foram colocados, no leito da estrada, montões de pedras, constituindo perigo para quem por ali transite.

Vê-se até com certa revolta que, um Governo que podemos chamar até de teatral, apresentar-se perante o povo fazendo es especulações eleitoreiras, na inauguração de prédios, na inauguração de obras, que não devem servir como motivo para campanha política, porque ali é empregado o dinheiro do povo, e não, o dinheiro do partido político.

Nós do MDB, queremos que o Governo aja com mais decência, e como está agindo o Governo através dos seus representantes, através dos seus Secretários — e quero abrir um parênteses até, para formular uma veemente crítica ao Sr. Secretário dos Transportes quando ele se referindo à estrada de Palmeira a Ponta Grossa, disse, a um membro do MDB, que, só atenderia a reivindicação (que não é do MDB mas do povo de Palmeira) se mudasse a situação política, ou se mudasse o Prefeito para, o Partido governista, — isto é uma indecência, uma indelicadeza, uma falta de caráter de um homem público, quando ele, numa tentativa de suborno, de corrupção política, criminosa, atentaria à dignidade do cidadão e do povo brasileiro, propondo-se a fazer tamanho convite, convite tão desmascarado, tão desproporcional à dignidade de um homem que representa, com altivez, um município e o povo que o elegeu.

De forma que, eu não posso me conter, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até na emoção e na revolta, ao ver coisas como esta. Porque, quero afirmar desde já, não adianta desfilar pelos jornais, pela televisão e por os meios de imprensa homens do Governo dizendo que vão ganhar as eleições por antecipação, jogando, com isto, os recursos do povo, numa campanha que nós já previmos que o Governo não vencerá; porque nós, contrariamente, levamos ao povo, mensagem de esperança, de paz; nós levamos ao povo uma mensagem de dignidade, de respeito — em contraposição, o que nós recebemos, o que o povo recebe do

Governo é exatamente isto, fazer com que o povo pense que é o dinheiro que vai ganhar a eleição, e não, a vontade consciente, a vontade livre que haverá de ser manifesta nas urnas.

O que ninguém poderá prever, predizer como será. O povo dará a resposta àqueles que estão até como que abusando da capacidade, da dignidade e da liberdade da nossa gente.

Nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos deixar registrado aqui o nosso protesto, pelo descaso do Governo no atendimento à reivindicação com relação à estrada Palmeira/Ponta-Grossa, e também São João do triunfo a Palmeira, que estão praticamente abandonadas e intransitáveis.

Era isto o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os desastres de ônibus, os acidentes constantes registram-se nas rodovias do Paraná, sem que nenhuma providência ou medida sejam tomadas por parte do Governo, verdadeiro responsável, através da secretaria dos Transportes, para que se cobre o abuso, principalmente mantido pelas empresas de transportes coletivos estes de longo percursos e noite a dentro, com seus ônibus lotados, de passageiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as estradas perigosas do Paraná. Nós temos aqui, estampado na "Tribuna do Paraná" de terça-feira, 16 do mes corrente, um verdadeiro abuso retrospectado por uma empresa que, infelizmente nasceu e presta um grande serviço a nossa região, mas que falta com a responsabilidade e até com a dignidade no tocante à segurança do povo daqueles que viajam nos seus veículos.

Um um ônibus da empresa Princesa do Norte, segundo afirma a "Tribuna do Paraná, ao distar 50 quilômetros da chegada de Curitiba, por volta das 5 e meia da manhã, chocou-se com um caminhão, em plena contra mão de pista, levando a totalidade dos seus passageiros aos hospitais, e quando lá compareceu a reportagem dos jornais, o ônibus se encontrava coberto com o encerado para que não aparecesse, à sua frente, o nome da empresa.

Como testemunho desta falta de responsabilidade, falo agora porque neste ano viajo oito vezes por mes de Curitiba a Santo Antonio da Platina e de Santo Antonio da Platina a Curitiba. Numa distância de 500 km. aproximadamente apenas um motorista conduz o coletivo, super-lotado, todas às vezes este motorista com 13 ou 14 horas de trabalho, sem ser substituído. O que está acontecendo com esta empresa, que já registrou este ano quatro ou cinco acidentes de grande porte está também acontecendo com diversas empresas de coletivos de longo percurso, colocando seus passageiros em perigo, sem que nenhum responsável tome as providências, daí porque, nesta oportunidade, apresento um requerimento à Secretaria de Transportes pedindo providências para o caso.

Requeri à Secretaria dos Transportes, medidas saneadoras contra abusos e responsabilidade de empresas de transportes coletivos, com tráfego noturno e de longa distância. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que a este subucreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista os abusos que vêm cometendo as Empresas de Transporte Coletivos com tráfego noturno e de longos percursos ocorrendo constantemente acidentes que tem ceifados vidas de motoristas e passageiros, mutilado pessoas e provocando temerosidade àqueles que têm que se transportar através de ônibus, requer:

a) — Seja determinado através de portaria expedida para execução imediata da Secretaria de Transportes, pelo seu departamento competente o seguinte:

I — Proibição às Empresas de Transportes Coletivos com tráfego de longo percurso e período noturno em servir-se de um

motorista por mais de (6) horas de trabalho por período de (24) horas.

II — Que do mesmo expediente, conste obrigatoriedade de instação de fiscais de plantão nos pontos estrategicos copetentemente credenciados para fiscalizar a ordem de serviço expedida pela empresas transportadora de passageiro, na qual deverá constar o horário do início do trabalho do condutor do veículo, bem como o n.º de sua carteira e demais documentos necessários.

b) — Estabelecer no mesmo ato, penalidades aos infratores, iniciando-se com suspensão do horário de veículo autuado pelo prazo não inferior a cinco dias e em caso de reincidência, promover a medida cassação de concessão através do Departamento Competente.

Sala das Sessões, em 17 de Dezembro de 1975".

Sr. Presidente, tenho a impressão de que as estradas brasileiras matam mais do que a Guerra do Vietnã, matam mais do que a Guerra Santa. Isto porque as autoridades deste País parecem esquecer da sua responsabilidade, parecem esquecer que o povo existe e precisa transportar e que meio mais eficiente e mais econômico é ainda o ônibus. Mas da forma que se está dando a liberdade aos empresários de coletivos, em pouco tempo de cada dez coletivos de transporte de passageiros em cada dia, pelo menos cinco não chegarão ao seu destino, sem que ocorra um acidente.

Aproveito para apresentar um requerimento de autoria do Deputado Enéas Faria, a ser submetido, pela Mesa, à apreciação dos Srs. Deputados no dia de hoje.

O requerimento é o seguinte: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, voto de congratulações com a revista "Rumo Paranaense", por ter em sua última edição, de Dezembro do ano em curso, publicado extensa e substancial reportagem homenageando uma das maiores figuras paranaenses, o Prof. Raul Rodrigues Gomes, focalizando os vários aspectos de sua profícua existência, toda ela voltada à cultura, à educação e às coisas de nosso Estado.

Requer outrossim, aprovado o expediente, que se dê ciência da decisão da Casa à referida revista e à família do ilustre paranaense há pouco tempo falecido.

Sala das Sessões, em 17 de Dezembro de 1975.

(a.) Enéas Faria."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Causou-se espécie e ao mesmo tempo tristeza, ouvir hoje, desta tribuna, o pronunciamento do emitente Deputado Lineu Turra, quando o mesmo acusou veementemente o Governo do Estado do Paraná, na pessoa de seu Governador Jayme Canet Jr. e teceu críticas ao Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães.

Venho, Sr. Presidente, a esta tribuna, para esclarecer especialmente aqueles que porventura não tenham conhecimento de como funciona esta Casa de Leis.

Não ignora, eu tenho certeza, o eminente Deputado Lineu Turra que um projeto por ele apresentado, nesta Casa, que também mereceu deste mesmo Deputado plena e integral aprovação, foi vetado pelo Chefe do Poder Executivo por tratar-se de projeto inconstitucional. Vem o eminente Deputado Lineu Turra com amargas queixas do Governo e daquela Secretaria, usando da tribuna porque encontram-se homens da administração pública, que servem o povo e que servem o Governo, indefesos, porque a esta Casa de Leis não têm assento. Eu falo por razões, se me permite o Deputado Lineu Turra, para lhes dizer que Palmeira jamais foi esquecida; Palmeira sempre foi lembrada pelos governos que passaram pelo Estado; Palmeira, é um município servido por estrada asfáltica; Palmeira, é servida dos

melhores grupos, do melhor estabelecimento de Ensino; Palmeira, é servida por um posto de higiene de primeira linha. À Palmeira, só falta aquele encontro, aquela estrada que liga a Ponta Grossa.

Mas, V. Exa., eminente Deputado Lineu Turra, há de compreender que não é possível que um Governo, com apenas um ano de administração, fizesse uma estrada asfaltada, reivindicada por W. Exa.

Tomo a liberdade de mostrar aos eminentes Deputados que tomam assento nesta Casa, e mui especialmente, ao Deputado Lineu Turra, que possivelmente leu os jornais do dia de hoje.

No jornal "O Estado do Paraná" em sua edição de 17/12, na sua página 3, diz o seguinte:

"Orçamento — 20 por cento ao setor de transportes."

Então, V. Exa. mesmo chegará à conclusão que a região sul, compreendida pelas regiões norte, oeste, norte-velho e centro-oeste, todas elas estão aqui, enquadradas no plano de obras de estradas da Secretaria dos Transportes.

E não seria o seu município, o único a ser prejudicado, nobre Deputado Lineu Turra. V. Exa. tem conhecimento também, que o ilustre representante, o ilustre Prefeito daquela cidade ou município, nosso particular amigo Joel, já pertenceu aos quadros da ARENA, e que por motivos a nós estranhos, por motivos que não conhecemos, o mesmo disputou, e foi vencedor do último pleito, à Prefeitura de Palmeira.

Também, aproveitando ainda, desconheço e duvido mesmo que o Secretário de Transportes Osires Guimarães o tenha ameaçado ou convidado a voltar novamente à ARENA, mas se o fez, não cometeu crime nenhum, não representa crime, convidar alguém a participar do seu Partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, milito na vida pública como político amador, há mais de 20 anos. Por duas ou três vezes, fui Vereador, sou, atualmente, Vice-Prefeito de Maringá. Jamais, em minha vida pública, em minha vida de político, tive conhecimento da eficiência e da capacidade de um Governo como o que está à frente dos destinos do Paraná. É um Governo que constrói, que trabalha, que realiza juntamente com seu Secretariado. Devo fazer menção especial ao Sr. Secretário de Transportes, o homem que constrói estradas em todo o Estado do Paraná. Homem que, mensalmente, publica, nos jornais, seu plano de obras que se encontra com quase 90 por cento em execução.

Portanto, tenho certeza que o papel da Oposição, o papel do eminente Deputado Lineu Turra, não passa de uma crítica inverídica e infundada. E creio que, se construída essa estrada asfáltica reivindicada por S. Exa., amanhã S. Exa. virá novamente a esta tribuna pedir que o Governo do Estado construa, em Palmeira, um aeroporto internacional. E que para lá sejam levadas as linhas de vôos internacionais.

No meu modo de entender, acho que o nobre Deputado Lineu Turra é um insatisfeito, porque Palmeira está sendo muito bem atendida.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, sexto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias atrás quando discutíamos o empréstimo a ser concedido ao Governo do Estado do Paraná e autarquias, o nobre Líder do Governo, nesta Casa, afirmava que não havia razões para preocupações por parte do MDB, porque não se fazia política com o dinheiro a ser emprestado ao Estado e a empresas de economia mista.

Mas, o que lemos ontem, no "Diário do Norte" o convite do presidente da ARENA daquele município ao Sr. Prefeito e Vereadores para comparecerem à assinatura de um empréstimo que seria concedido àquela Prefeitura.

E lemos, hoje, no "Diário Popular". O Sr. Presidente do Banco do Estado, O Banco de todos os paranaenses, do MDB e da ARENA, admitiu uma comitiva de homens da ARENA, como

se a festa fosse, como se o Banco fosse, da ARENA. Também o "Diário Popular" afirma que o Prefeito de Maringá, em boa hora, retirou-se porque o dinheiro que estava sendo emprestado à Maringá não pertence aos homens da ARENA;

É política que se está fazendo neste Estado.

E neste momento, trago minha solidariedade ao Prefeito Silvio Barros, um Prefeito de um dos maiores municípios deste Estado.

É, nesse sentido, esta Casa tem que tomar uma atitude, sob pena de desmoralizar-se perante o povo.

Que diriam os Srs. Deputados da ARENA se amanhã saíssemos pelo interior a pedir aos Srs. Prefeitos do MDB que não depositem mais no Banco do Estado, a pedir aos nossos correligionários que hoje são a maioria neste Estado, que não operem mais com o Banco do Estado.

Que diriam os homens do Governo se amanhã saíssemos contando do desfalque do Estado pelo Banco em Paranaguá. E se procurássemos resolver a celebre negociata do Banco ALFOMARES; nós até agora estivemos, na bancada, a segurar uma Comissão de Inquérito para investigar as coisas do Banco do Estado. Mas assim se continuar, nós que não queremos desmoralizar esta Casa, teremos de tomar providências.

Meus amigos, meus caros Deputados, o que acontecerá a esse Banco, se sairmos em comícios, repito, a pedir que não se deposite mais no Banco do Estado, insinuando ser o mesmo uma sucursal da ARENA.

Passamos um ano aqui de frustrações; onde está o projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Trajano Bastos que exigia o referendun desta Casa, para nomeação de Diretores de empresas mistas? Foi arquivado por decorrência do prazo?

Onde está o projeto de autoria do nobre Deputado Osvaldo Macedo, que proibia a exigência do atestado do DOPS para alunos que cursam uma Universidade. Em sendo dado vistas, não foi mais entregue.

Neste momento, quase de frustração, de revolta, projetos sérios nos foram enviados à última hora. E estão a exigir da Comissão de Constituição e Justiça, darmos pareceres num dia, sem podermos analisá-los. E dentro do espírito de colaboração que temos tido nesta Casa, temos feito esses estudos.

Mas, os que vêm da bancada do MDB estão sendo boicotados nesta Casa. Eu, neste momento, solicito, Sr. Presidente, que V. Exa. tome as providências cabíveis no caso, porque senão o ambiente de camaradagem aqui existente, não existirá mais.

Termino, repetindo, quero deixando minha solidariedade ao Prefeito Silvio Barros, de Maringá, pela infeliz reunião que ontem teve de pressenciar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos há poucos instantes o pronunciamento do nobre Deputado Lineu Turra, em que atacava um dos homens mais sérios, honestos e decentes que existe do rol público do Paraná, ouvimos, até certo ponto com elevado grau de tristeza, porque conhecemos há longos anos, "pari passu" o gabarito, a decência e os princípios do Secretário de Transportes.

Ouvimos constrangidos porque conhecemos Palmeira de longa data, por cima, por baixo, por dentro e por fora. Conhecemos o Município em toda sua extensão, todas as suas estradas desde Canta Galo até Faxinal. Por conhecermos o homem, as estradas, e o Município, é que queremos refutar as palavras do nobre Deputado Lineu Turra,

O eminente deputado Lineu Turra, apresentou nesta Casa um projeto de lei em que pleiteava com justiça, até certo ponto, o asfaltamento da estrada Palmeira - Ponta Grossa. Entretanto, o Governador, em face de seus argumentos baseado na

Constituição, vetou o projeto, esse projeto que votamos aqui com S. Exa.

O nobre Deputado há de convir que existem no Paraná regiões, como o oeste e o sudoeste, com muito mais necessidade pela capacidade de produção, pelo gabarito na extensão, pelo número de comunidades que serve, que devem ser atendidas prioritariamente.

Faltou com a verdade o nobre Deputado quando disse que o Sr. Secretário dos Transportes respondeu lacônicamente seu requerimento. O Sr. Secretário disse em seu expediente que o asfaltamento da estrada Palmeira - Ponta Grossa estava esquematizado para 78. Portanto, o pedido do nobre Deputado Lineu Turra será atendido dentro das possibilidades, dentro dos recursos que a Secretaria dos Transportes possuir, que não seja interessante, mas porque no plano viário do Estado serão atendidas prioritariamente aquelas regiões que tiverem maior capacidade de produção.

V. Exa. criticou a estrada São João do Triunfo - Palmeira. Entretanto, hoje pela manhã, quando nos encontramos com o Sr. Secretário dos Transportes, lemos um expediente do Prefeito de São João do Triunfo elogiando o Chefe de Distrito de São Mateus pelo alto gabarito que está dando a essa estrada.

Revoltamo-nos, Sr. Presidente, quando à tribuna vêm Deputados acusando homens e do gabarito de Osiris Stenghel Guimarães e de Jayme Canet Junior, que tanto fazem por este Paraná que amamos e queremos.

O que exigimos é apenas menos demagogia e mais trabalho, projetos decentes e constitucionais para que esta Casa funcione como deve normalmente funcionar.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi o pronunciamento do eminente Deputado Deni Schwartz e quero posicionar o meu Partido no episódio aqui referido por S. Exa.

Não vi no acontecimento, nem sequer de leve, qualquer pretensão do Governp do Estado em querer diminuir a autoridade do administrador do pujante Município de Maringá.

Vimos no episódio, e eles se repetirão, é bom que se afirme aqui, o prestigiamento que os Governos Federal e do Estado pretendem dar aos homens que, no Partido que dá sustentação política ao Governo, sofrem quando não têm para dar ao povo quando este reclama.

Queremos neste episódio e noutros que no futuro virão homenageá-los e significar que o Governo, que é da ARENA hoje, não discrimina administração da ARENA ou MDB, administrações municipais, quando repassa recursos de organismos monetários para a construção de inúmeras obras de diferentes setores da administração municipal, no caso específico, de Maringá, quando se conferiu empréstimo na ordem de 27 milhões de cruzeiros para viabilizar a construção da Avenida Contorno, e outras obras daquele Município, não era justo que o Governo deixasse de convidar os seus correligionários, para assistirem o ato e testemunhando o ato, pudessem, em Maringá, anunciar que o Governo estava repassando recursos à Prefeitura, através de empréstimos, a fim de que aquela administração viabilizasse o seu plano de obras. E, se na oportunidade o Presidente do Diretório Municipal do nosso Partido fez a saudação aos presentes, em momento algum feriu a dignidade de qualquer dos presentes. O que é preciso é que o povo saiba que em Maringá se constrói, com a ajuda dos organismos federais e estaduais também. É esta a razão pela qual o MDB hoje, pela voz de um dos seus mais eminentes Deputados, se irrita. Porque a ARENA vai dizer em Maringá, que a Avenida do Contorno foi possível, porque o Governo Federal repassou

recursos, empréstimos, com prazos de até 20 anos, e que o Prefeito cobra e se ressarce cobrando do beneficiado, cobrando-lhes prestações de 6, 12, 18 e até 24 meses, para aplicar o mesmo dinheiro em outras obras. O que é preciso que se diga aqui, é de que chegou a hora em que a ARENA deve falar bem alto, para dizer ao povo que a ARENA participa do desenvolvimento daquele Município, quando o Governo não discrimina se o Prefeito é da ARENA ou do MDB. O que me surpreende é que o Deputado se irrite, quando a ARENA se credite de uma atitude governamental que ajuda, que... auxilia o desenvolvimento do plano de obras de um Município gerido pelo MDB. O que nós queremos significar não será este o primeiro e não será o último dos atos em que organismos federais e estaduais darão cobertura às solicitações de administrações do MDB, em que a ARENA vai participar do evento, vai participar respeitosamente, pretendendo participar de todos os atos governamentais porque chegamos à conclusão de que: se somos o Partido do Governo, queremos ser também o Partido no Governo, e o seremos, à medida em que participarmos das atitudes governamentais, se somos delas responsáveis, queremos ser delas também, co-partícipes, creditando-as, à medida do possível; pelas boas ações governamentais, nos fortaleceremos para a pugna eleitoral do ano que vem, que a ARENA tanto em Maringá quanto nos outros municípios deste Estado vai ter seus candidatos, e com muita dignidade vai saber dizer o que pretende fazer nas futuras administrações municipais do nosso Partido. Não houve nenhuma pretensa medida para melindrar S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Maringá, que tem, junto a ARENA e na ARENA e desfruta, na ARENA, do mais alto conceito, porque sabemos-lo ser bom administrador.

O que desejamos é que eles também, admitem que a ARENA participa deste acontecimento que não se fecha pretendendo que ele seja uma festa só do MDB porque é do MDB e da arena também, porque o Projeto é do MDB mas o Estadual e Federal é da ARENA, Vamos viver juntos, numa festa como a de ontem em Maringá. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Gabriel Sampaio). Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Hélio Manfrinato. (Pausa).

Não estando presente, tem a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, segundo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A mais importante opção do político é pautar-se pelos altos interesses do povo. É defendê-lo sempre, mesmo que no âmbito das pequenas comunidades ou camadas profissionais estejam essas questões diluídas ou subordinadas a problemas imediatos de subsistência ou convivência social. Atender ao interesse maior, mais amplo e profundo, é a tarefa primeira do político. E essa tarefa não colide, não tem contradição antagônica com as outras tarefas que temos.

À medida que as pressões políticas e restritivas à atividade parlamentar sobrevêm, muitos se refugiam no atendimento clientelista ao eleitorado, ou num compasso de espera como que dando tempo ao tempo para que as coisas mudem. Sabemos que é uma aspiração de maioria dos deputados para que as coisas mudem antes de se decomponham de todo. Outros, muito pouco, é verdade, não saberiam como fazer política em condições de normalidade democrática; acabam por se constituírem portavozes do vazio, do nada, do autoritarismo, pregando o ridículo das frases feitas que este País acostou ouvir — e hoje ver com maliciosa ironia — nos últimos anos.

Srs. Presidente, Deputados.

Há um ano atrás o povo disse o que queria nas eleições. Disse que não queria estes caminhos que teimosamente alguns insistem em seguir. O povo disse não ao autoritarismo, à desfiguração política de oligarquia, ao vilipêndio das liberdades democráticas, disse não ao assalto dos

grupos internacionais e aos grupos ambiciosos que atuam à sombra do poder para infelicidade do povo brasileiro.

O povo disse no seu voto que a democracia é seu direito e não permite que em seu nome a Nação se veja enfraquecida, distorcida, com o abismo que separa cada vez mais as camadas da população.

O povo brasileiro disse, através do voto há apenas um ano, que deseja votar e ser votado, votar em representação direta, assumir os destinos da Nação que constrói no seu dia a dia.

O povo brasileiro reafirmou sua grandeza e maturidade. Revelou-se um povo maduro e paciente, mas que não abdica dos seus direitos fundamentais. Este povo tão ofendido pela palavra daqueles que deveriam elevá-lo, mas que, ao invés, dizem que ele é ignorante, atrasado e incapaz de valer-se por si mesmo. Hoje sabemos que o povo brasileiro é mais consciente, mais maduro e capaz do que suas elites dirigentes.

Desses dirigentes que, com mandato popular, sobem às tribunas para defender legislação de exceção, fazendo a apologia do obscurantismo e do cerceamento das liberdades básicas e inalienáveis da humanidade. Destes, que defendendo e pregando a permanência do AI-5, não apenas frustam um voto legítimo, mas anuviam os horizontes libertários da Pátria Brasileira, desde o Grito do Ipiranga a propagar-se de geração a geração. São os refratários ao calor e sentimento de humanidade que tão bem caracteriza, o povo brasileiro.

São os que alegam ser necessário a exceção para combater a corrupção, mas que se esquecem de incentivar o Poder Judiciário que é quem deve distribuir a Justiça, condenando os corruptos e dando oportunidade de defesa. Estes, antes de subirem à tribuna para envergonhar seus representantes, deveriam não se esquecer que aqui neste Estado, nada menos que meia dúzia de Prefeitos estão às voltas com a Justiça, pela prática de atos considerados contrários aos interesses públicos. Deveriam tais homens, que nenhuma abertura intelectual oferecem à Nação, mas tão somente à sombra dos poderosos ou dos que detém o Poder, engrossar a fila das efemeridades que se muda de lugar, com o nascer de um novo horizonte de forças. Estes, se qualificação se pudesse atribuir, seriam os que para sobreviver no caudal de seus interesses pessoais, não vacilam em sacrificar até os resquícios de dignidade pessoal que todo o homem, por mais facinoroso que o seja, sempre conserve.

Mas não é apenas a "classe política" que se mostra inferiorizada perante este grande povo, também estão aqueles que costumam falar sobre a classe política, como se estivessem fora dela; os dirigentes da Nação.

Temos então, um grande povo maduro, sábio em alguns aspectos, paciente, nacionalista e democrata.

E não temos governo à altura de povo, nem partidos nem técnicos conscientes. Só o povo.

Esse povo expressou sua vontade através das urnas em 74. E como os Deputados, os políticos atenderam à decisão popular?

Às vésperas de encerrar-se o ano legislativo já se pode fazer um balanço do que foi a atuação dos Deputados estaduais do Paraná. Antes porém, procuremos situar algumas importantes questões que, hoje, condicionam a atuação parlamentar no País. A Constituição brasileira atual, retirou muitas iniciativas de leis aos Deputados. O Estado passou a ser dirigido e administrado quase exclusivamente pelo Poder Executivo.

O Executivo está hipertrofiado no atual sistema, acima do bem e do mal, não representando o povo senão de maneira formal. E mesmo nessa formalidade, a representação se fez na suposição de que os interesses de certos setores e certos grupos se identificam e superpõem aos interesses da coletividade.

O Poder Legislativo se pretende um poder essencialmente político, por sua própria natureza e caráter. Por que representatividade formal, cada Deputado procura representar e atuar

por seu eleitorado; porém, pelas inversões do sistema, mais procura ajustar seus eleitores a idéias e necessidades do Executivo, exceto nas reivindicações de infraestrutura e serviços públicos.

Para a cúpula do eleitorado, o parlamentar pode e até deve barganhar com o Executivo ou seus órgãos de administração direta e indireta, favores ou vantagens eventuais.

A atuação parlamentar muito limitada, e quanto mais se pretende ampliar mais diluída, a ação social, mais desfigurado o comportamento político, mais grupista e anti-social sua atividade, numa contradição crescente com os grandes interesses do Estado e da população. É que o sistema não oferece alternativas ao impor seu modelo econômico e político a todos os homens públicos, independente das posições partidárias.

Como se pode explicar o contraditório, de que quanto mais amplia a área de atuação, mais desfigurada a atuação, mais anti-social e grupista? Porque há o proibitório de que se caracteriza a natureza das coisas em uso, do sistema, da forma, da atuação dos grupos que cada vez mais se superpõem aos interesses sociais e populares, porque este é o "modelo" do desenvolvimento e constitui a infração pensar diferente e caracterizar-lhe a essência anti-social".

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de apartear-lo, se assim não quebrar a beleza do seu discurso.

O SR. NILSO SQUAREZI – Perfeitamente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. fala com propriedade, como sóe acontecer sempre de sua parte nesta tribuna, e continua a enfatizar, como se tem feito, a respeito dos grupos e das grandes empresas multinacionais.

Estou elaborando um modestíssimo trabalho a respeito da questão de Carajás, a maior reserva do mundo em minério de ferro, localizada no Pará, com 30 bilhões de toneladas desta matéria prima. Sobre a construção de hidrovias ou ferrovia para a exploração daquele minério. Lembro a V. Exa. que faz parte desse complexo um grupo composto pela Cia. Vale do Rio Doce que lidera nominalmente o composto do capital da Amazônia Mineração e a United States Steel, a maior empresa do ramo de aço do mundo, a mesma que fez o Presidente John Fitzgerald Kennedy deixar sua visita na Europa e vir aos Estados Unidos impor limitações ao excessivo, escorchante e absurdo aumento do então preço do aço por quilo. Esta mesma Cia. lidera a Amazônia Mineração, a qual estaria ou está entabulando esforços governamentais e empresariais para a exploração do minério de ferro brasileiro.

E a discussão é grande, inclusive no Parlamento Federal, a respeito da construção de hidrovias ou ferrovias e o Governo está a pensar o que é mais proveitoso, mais viável a economia vetal brasileira.

A ferrovia, segundo notícia a que dou validade, publicada várias vezes no "Opinião", trazendo o pensamento dos jornalistas mais categorizados, só servirá para o transporte desta matéria prima para a exportação do produto no Porto de Irati. O custo da ferrovia se equipara ao da hidrovia, ao passo que a hidrovia beneficiará um complexo inteiro de transporte. E mais, a hidrovia vai ser usada por vários tipos de embarcações e nenhuma empresa estrangeira, pelo menos em tese, vai fornecer, como é o caso da subsidiária da United States Steel, equipamentos e trilhos para a construção. E também não haveria de se construir sobre o Rio Tocantins, uma ponte quase igual a de Niterói.

E é como alerta do Paraná do xisto, do Paraná que é a grandeza da economia nacional, que faço o pretexto veemente e cabível à posição assumida por V. Exa. Congratulo-me e me incorporo a V. Exa. e trago à colação subsidiária este pensamento para que as autoridades federais sintam no Paraná o desejo de

se implantar neste País uma nacionalidade brasileira.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de V. Exa.

V. Exa. pôs no varejo aquilo que eu falava no atacado, mostrando o caso concreto.

Mas, dizia eu ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, das restrições que hoje, o político, o parlamentar, tem no Vrasil.

(Lendo): "Porque, na amplitude da atuação política há que descer às raízes das coisas, mostrar as ligações e conexões das relações econômicas e sociais presas à fora política imposta.

Uma saída política é a demagógica, que pode tocar as aspirações das amplas camadas populares mas desviando a dos remédios, das soluções; o que muito se faz e continua fazendo, tanto na área governista com os planejamentos e a mistificação de que o que é bom para a General Motors é bom para o Brasil, de que o que é bom para o Binacional de Itaipu, é bom para o Paraná, do que o que, é bom para a EMOPAR é bom para o Estado, de que o que é bom para o Guaira é bom para a cultura do Paraná. Na área da Oposição, também. Muito se tem falado em problemas sérios, mas sem que se desça a análise profunda dos problemas em suas várias implicações econômicas, políticas e sociais. Só que, aqui, embora não se justifique e explicam muitos desvios: isolada, pressionada, sem recursos de estudo e assessoria técnica e burocrática, a Oposição não conta com os elementos necessários aos aprofundamentos de sua missão política, e ainda perplexa ante a crescente sequência de erros e desmandos que não têm forças para derrotar.

Mas, seria justo porém inexato, caracterizar apenas dois padrões genéricos de comportamento, como que englobando situação e oposição numa mesma linha de interesses. Embora se registre que não se encontra hoje pureza de intenções ou de mas intensões exclusivamente neste ou naquele partido, não podemos deixar de dizer que, do ponto de vista dos interesses sociais, o povo aceite o relativismo das intensões com que se movem os homens. No nosso entender, a Arena é a antipovo e a antinação, embora se reconheça a presença de políticos de formação popular e nacionalista em seu seio; talvez por não considerarem o MDB uma alternativa válida para suas idéias e formação política e acham mais vantajoso estar presente na liça política do que marginalizados. Para ser mais justo ainda, poderíamos dizer que setores po deráveis da Arena como a ala dos renovadores ou os mais jovens que resistem até hoje a essa pré-figuração entinacional e antipopular da Arena, ou no dizer do Senador Mattos Leão:—

"O Povo não votou nas qualidades dos candidatos do MDB, votou contra a apatia da Arena na solução dos problemas nacionais, votou contra essa postura de acomodação, onde a tática era fazer "boca de siri" e usufruir do poder nos governos estaduais. Ante esse vácuo de liderança, onde os chamados chefes arenistas estaduais sintonizavam sempre as ondas emanadas do poder, jamais as da opinião pública, foi o povo às urnas para valorizar o outro braço, não por achar que funcionasse, mas por não já ter percebido que a mão direita nada tinha que dar."

Não sei se houve ironia ou pretendeu conscientemente o Senador, caracterizar Arenã como direita e MDB como esquerda.

Mas de outro lado, poderíamos dizer que o MDB é essencialmente popular e nacional? É difícil concluir uma afirmativa e talvez mais prudente seria dizer que vem prevalecendo essa idéia no seio do MDB em muitos momentos importante da vida brasileira, embora não se possa considerar vitoriosas e pacíficas. Sua direção maior, com méritos e também deficiências, vem enfatizando a conciliação das correntes internas, ao setor das variações políticas. Talvez com alguma razão muitos dos arenistas mais conscientes e críticos vêm predominar essa conciliação sobre o programa e suas consequências. E, enfim, estejam a aguardar transformações mais significativas na vida pública brasileira, com melhor quadro de opções, para se definirem mais incisivamente.

Alguns parlamentares fogem a essa problemática, com até,

exorcismo. Outros, talvez, não a alcancem por simplicidade.

Porém os mais lúcidos e conscientes sabem, conhecem e a enfrentam a seu modo: falamos até aqui do modelo de representação dos Deputados, como intermediários do Estado ou no Estado; dissemos, também, da tentativa de melhor representatividade política, no alargamento das grandes questões econômicas, políticas e sociais, mas que o sistema não permite que essa ampliação necessária atinja objetivos sociais relevantes, o que vem a descaracterizar a atuação política mais ajustada aos interesses populares. Também nos referimos à substância e ação dos dois partidos, com suas limitações provocadas pelo sistema de indefinições de pressões.

Como que fugindo a essas determinações objetivas e subjetivas, uma parcela de representantes do povo pretende, tão somente, representar os interesses de seu eleitorado. Todavia isso só é possível quando se trata de regiões homogêneas pioneiras ou que enfrentam problemas de certo tipo capazes de centrar todas as atenções numa luta; e que a satisfação de recentes conquistas obscura outras necessidades. Ou, a contrafeccão: áreas de tal atraso, de tal carência e de dominação de grupos tradicionais, que ali a vida quese se estanca no campo político, como certas áreas do chamado "vazio do Paraná", do sul e do nordeste do Estado.

Talvez possa existir - e com certeza todas as Assembléias Legislativas contam essa representação - alguns que não se tipificam em representatividade e sejam um agente de área econômica, disputando voto a maneira quase secular de trocas, como também existem votos conquistados por idéias bem personalizadas.

Sobre o Paraná, podemos afirmar que a representação política não conseguiu ainda arregimentar áreas econômicas. Não há por exemplo, representantes do setor industrial, do setor agrícola, do setor financeiro, do comércio da pecuária. Todos, de algum modo, representam o setor agrícola, de transportes, de infra-estrutura urbana e de comunicações, de educação e saúde, do meio ambiente. Ainda assim, os políticos se diferenciam pelos interesses que defendem, pela linha de atuação, pelos métodos e pelo estilo de trabalho e de atuação política: a grande referência para julgar, a instância decisiva, é como cada um considera os interesses populares, dos trabalhadores: operários, camponeses, funcionários, profissionais em geral, técnicos, etc. porque é um engano pensar que o que é bom para os grupos econômicos ou políticos é bom para o povo. Muitas vezes, o oposto é o que ocorre; e o oposto por contradição do modelo existente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estas longas considerações servem para explicar, não para justificar, o que foi nosso trabalho nesta Assembléia Legislativa. Serve para tertarmos compreender melhor nossas dificuldades. Muitas pessoas poderão analisar a atuação do Poder Legislativo do Paraná como o ação burocrática e imobilista, como se o desafio que enfrentamos fosse algo simples que qualquer liberal ou tecnocrata resolveria numa perna.

O Governo pode fazer demagogia com a saúde pública. Pode criar a insegurança pública dizendo que está criando segurança. O Governo pode desorientar e até corroer o ensino e a educação, e também a cultura e ainda fazer demagogia sobre suas realizações. O povo não pode contestar. O Governo pode orpimir e desorientar o pequeno produtor do campo e da cidade, mas ninguém pode condenar sua política. O Governo pode tudo; o povo, nada. Mas o povo, tempos em tempos, pode escolher alguns representantes para o Parlamento Nacional e estadual; para as Câmaras de Vereadores, desde que o Governo tolere seus nomes, não os vete. Mas os representantes do povo não vetados também não podem tratar questões vitais da forma como se faz necessário.

O povo produziu o progresso, as custas de enormes

sacrifícios, de intoleráveis explorações, mas o Governo e seus arautos querem que, quando alguma coisa é feita, o povo diga: "muito obrigado, Senhor Presidente, Muito Obrigado, Sr. Governador. MUITÍSSIMO obrigado, Senhor Secretário. Muito obrigado, Senhor Deputado. Muito obrigado, Senhor Prefeito".

Antes do atual Governo predominavam as travas, as mais absoluta escuridão e o caos. E então aluz se fez. "Fiat-Lux", "Cônsoles-Prócônsoles". Isto tem sido apregoadado constantemente e não é verdade. O trabalho e o esforço dos brasileiros construíram as condições para a opressão atual extrair o que chama de desenvolvimento.

Mas, ante um quadro de pessimismo e desânimo, em que o representante do povo está peado, impedido de levar avante as idéias ações que possam libertar os brasileiros é de perguntar-se porque não desistimos de tudo e confessamos ao povo nossa impotência, deixando esse povo frente à frente com os responsáveis diretos pelos impasses da Nação brasileira.

Não porque ainda uma parcela de otimismo. E ele se reforça, agora, a cada vez mais em que enfraquecem as propagandas enganosas, em que a Nação tem que ser convocada a empenhar-se na solução dos grandes problemas que os governantes não conseguirão resolver com o seu caminho antipopular.

Estamos chegando à hora da verdade nacional. E em vez de pessimismo, o otimismo será cultivado por todos os homens conscientes. De tempos em tempos a história nos apresenta esses momentos ricos de iniciativas, de decisão e de sabedoria. E o exemplo deve ser destacado, quando nesta Casa, o próprio líder do Governo veio defender a tese da inviabilidade dos atuais partidos. Os que nada têm a dizer, ficarão calados ou a repetir ladainhas e cantilenas gastas pelo longo uso.

Como os que ainda defendem a exceção do AI-5. Os que pensam trilhar os mesmos caminhos ficarão imobilizados, deixando as decisões a outros. Os que não tiverem a sabedoria de aprender as lições do progresso e da democracia que o mundo nos legou como resultado de amargas experiências esses esperarão pela sabedoria popular, pela sabedoria daqueles que em momento algum cortejaram o populismo mas que nunca desprezaram a força e a inteligência do povo.

E para não desprezar esta inteligência e força do povo, foi que esta Assembleia debateu temas dos mais altos interesses da pessoa humana, condenando por exemplo a adoção de crinaças vietnamitas, levantando seu protesto contra os americanos que pretendiam interferir na disposição de entrarmos no clube atômico, comentando com apreensão o desenrolar dos acontecimentos que envolvem a pátria lusa, e oxalá venha e continua a condenar os crimes que se praticam contra os direitos humanos em todas as nações e povos do mundo, quer na América do Sul, onde o Chile desponta como a grande chaga que sangra a liberdade, quer na Rússia onde até intelectuais não conseguem coexistir.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desta tribuna se elevaram as vozes desta Casa, pra elogiar, criticar, aplaudir e reprovar. Das Comissões, estudos e pesquisas traduzidos em relatórios e pareceres demonstraram o trabalho legislativo.

Convocaram-se os Secretários de Estado, homens do governo, para prestar esclarecimentos e assessorarem o Poder nas importantes decisões a que foi chamado opinar.

Mas foi desta tribuna, por essência, que os meus companheiros desta Casa souberam corresponder, senão ao que o povo esperava aos reclamos dos seus Partidos, estes mais informados das nossas restrições e mais realistas pela castração do Poder Legislativo. Desta tribuna, muitos Deputados grangearam admiração, ao dizerem para o que vieram, outros inspiaram preocupações e vacilaram; uns se identificaram, outros ainda não uns se empenharam, outros se omitiram; uns foram vítimas do desencanto e outros até se acomodaram; uns esbravejaram e houve até os que se agigantaram pelo empenho, coragem, ousadia frequência e espírito de combatividade democrática.

Poderão afirmar que apenas foram palavras que o tempo levou e de cujos Anais ninguém se importará no amanhã. De tudo porém o certo é que muita coisa foi às ruas, quer levado pela presença marcante da imprensa que diuturnamente cobriu nossas atividades ou quer pelos raros assistentes deste Plenário.

Sr. Presidente, para encerrar as minhas considerações, gostaria de dizer a V. Exa. e a todos os Deputados.

"O povo sabe o que nós fizemos. Pode não saber tudo o que fizemos, mas com toda a certeza sabe o que nós não fizemos. Não fizemos o, que o povo esperava, o que mais ansiava. E poderemos dizer-lhe que nem nós nem os Deputados Federais e os Senadores tivemos força para superar esta fase obscura da vida nacional. Mas, ele, povo, então nos perguntará: "Por que, vendo teus esforços vão, não vieste prestar contas de quem está contra nós".

Com alguma melancolia, restos do pessimismo destes anos acumulados, deixo a tribuna. Porém esta melancolia vai cedendo ao otimismo quando os rostos se fazem mais sombrios, carregados de expectativa e de receios. Até se for preciso que passemos por mais um momento de apreensões para que depois brilhe o sol, bendita apreensão, que trará luz para o povo brasileiro."

O SR. PRESIDENTE — A Presidência registra com satisfação a presença do Dr. Armando Ferreira, Presidente da AAL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK. — Sr. Presidente, Senhores Deputados. pela escassez do tempo a matéria, atinente ao nosso pronunciamento na tarde de hoje poderá e deve ser complementada pelo próximo orador inscrito na Mesa Executiva, no dia de amanhã, que é o nosso particular e grande amigo Valter Pietrângelo.

Sr. Presidente, nós que temos nosso domicílio eleitoral no sul deste Paraná, nós que convivemos com todos os paranaenses e brasileiros deste território, não poderíamos de maneira alguma deixar de testemunhar nos Anais desta Casa, a vergonha política, através de uma facção da Arena, no município de Maringá.

Nós que compomos a família paranaense, que temos amigos respeitosos dentro da Arena, não poderemos, como homens públicos que somos, deixar de pedir a esta mesma arena que tenha a descência política de que é possuído o ilustre Prefeito de Maringá nosso amigo Sílvio Barros.

Constatamos com tristeza, para a família paranaense e família política, que a Arena, em parte deteriorada pelos seus companheiros, maus companheiros, por homens que envergonham o Partido, por esta atitude demonstrada, o próprio líder da Arena, desta Casa não tinha conhecimento do fato ocorrido na tarde de ontem no Banco do Estado do Paraná.

ali estava se desenvolvendo um ato administrativo, tendo a Prefeitura representada pelo Prefeito e não por partido. O Estado do Paraná, representado pelo Banestado e não por partido; o Governo Federal, representado pelo BNH e não por partido. E o que é que fizeram dentro da área situacionista que envergonha Jayme Canet, o que é que fez esta gente. Fez um convite escrito pela imprensa de Maringá, convidando o mais alto mandatário daquela comunidade, para se fazer presente numa solenidade, que pensava ser aqueles mas arenistas uma reunião política.

Nós nesta tarde, Srs. Deputados, para o bem do Paraná e da família paranaense, e a bem dos bons arenistas do Paraná, não podemos deixar de registrar estas peças que fazem parte da família da Arena que não é minha, mas que é minha indiretamente porque eu sou político.

Sílvio Barros, numa demonstração como é a maioria dos homens públicos deste Estado, deixando de lado as suas atividades como homem do MDB, pautando sempre pelas atividades de Prefeito da comunidade de Maringá, como sempre o fez não deixou de atuar como Prefeito, de uma cidade e não Prefeito de um partido, naquela ocasião.

Quero dizer aos Srs. que nós da região de Ponta Grossa, temos um Prefeito que é da Arena, mas é decente, como Maringá que tem na sua Prefeitura um dos maiores Prefeitos que este Paraná já teve, e que é decente.

Às vezes há diferenciação dos fatos, de a passagem política e mandos em cargos políticos. Porque cargos políticos não fazem a maturidade de ninguém. Há pessoas que de pouca idade, mas de caráter de decência, que podem ser indicadas para exercerem cargos no Estado do Paraná.

Quero, neste preâmbulo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazer o testemunho de Ponta Grossa, invocar o testemunho dos bons arenistas desta Casa, principalmente do Líder da Arena, ilustre Deputado Ivo Thomazoni, que sempre teve respeitabilidade política para com todos os Prefeitos do Paraná, referendado, com suas palavras, o respeito ao Prefeito Silvío Barros.

Naquela ocasião, o Sr. Noel Lobo Guimarães, indevidamente, deu a palavra a um despreparado personagem que é o Presidente da Arena de Maringá, agindo desrespeitosamente para com as autoiridades presentes, confundindo uma reunião eminentemente administrada com reunião político-partidária.

Aquele Presidente sem condições alguma como homem Público, sem preparo, sem nada e sem representar nada, poir quem assinalava os atos ali desenvolvidos eram representados pelo BNH de Maringá, tentou através da fala inadequada, despreparada, desrespeitosa, fazer uma imagem diferente da verdade mentindo diversas vezes.

Ao final Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa solidariedade ao Prefeito Silvío Barros, à sua comunidade, os respeitos da nossa representação política de Ponta Grossa, e ao Paraná Político, a nossa saudação; aos bons arenistas, nossos leais adversários políticos, os nossos respeitos, e aos outros o nosso repúdio.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente.

—Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 190/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 299/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de S. José da Boa Vista, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 191/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 301/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Barboza Ferraz, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 192/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 304/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Centenário do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 193/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 309/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná,

através da Secretaria do Interior, como município de Uniflor, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 194/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 311/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mandaguari, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 195/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 312/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lobato, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 196/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 315/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando elaboração de projeto de Férias de águas Pluviais para obras de combate a erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 197/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 325/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Iaraíma objetivando execução de obras de combate a erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 198/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 327/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, como município de Florai, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 199/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 331/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São João do Caiuá, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 200/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 333/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goioerê, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 202/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 113/75, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL, e o município de Foz do Iguaçu, com a intervenção do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 204/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 307/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná,

através da Secretaria do Interior, com o município de Guaraci, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 206/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 202/75, que aprova termo de convênio celebrado através da Secretaria Administração com o município de S. Sebastião da Amoreira, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 207/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 233/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Anita Garibaldi, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 208/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 235/75m que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Inajá, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Padre Anchieta e a Unidade Sanitária, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 209/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 246/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Chopinzinho, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Visconde de Cairú, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 210/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 253/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Colombo, objetivando execução de reparos nos prédios onde funciona, que especifica. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 211/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 274/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Flórida, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Ginásio Estadual, da sede do referido município. Parecer favorável da CC.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 212/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 284/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Barra do Jacaré, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 213/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 290/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Clevelândia, objetivando ativar o Fomento Agropecuário na Região, através de Feira de Exposição,

proporcionando melhoria da produção e da produtividade. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 214/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 292/75 que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Altônia, objetivando execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São João. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 215/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 300/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Porto Rico objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 216/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 302/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rio Bom, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 217/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 310/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Iguaçu, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 218/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 313/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Tamboara, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 219/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 314/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de obras de combate à erosão, na sede do referido município. —Parecer favorável da C.C.J.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 220/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 316/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 221/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 317/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 222/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 318/75, que aprova termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, como município, de Santa

Izabel do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 223/75r, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 319/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Indianópolis, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 224/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 320/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paranavai, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de resolução nº 225/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 322/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Alto Paraná, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 226/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 323/75 que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Loanda, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 227/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 328/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Cruzeiro do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.3.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 228/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 329/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Lupionópolis, objetivando elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 229/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 330/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 230/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 335/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Ivatuba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Clovis Bevilacqua, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 231/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 281/75, que aprova termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o

Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Iguaraçu, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 232/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 303/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais, para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no 233/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 324/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Alto Piquiri, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 234/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 326/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Pérola, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 235/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 332/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Apucarana, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 236/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 340/75, que aprova termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Administração de Recursos Hídricos, órgão da Secretaria do Interior e o Banco Nacional de Habitação, com a finalidade que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 237/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 341/75, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Realeza, objetivando ampliação e melhorias no prédio da Unidade Sanitária, daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 184/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 146/75, encaminhando anteprojeto de lei que majora em 30 por cento os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão, das funções gratificadas dos Quadros Civil dos Poderes Executivos, Legislativo, Judiciário e do

Tribunal de Contas do Estado e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., COM EMENDA da C.C.J. Parecer CONTRÁRIO à mesma da C.F. — Encerrada a discussão. Em votação, a Emenda. — APROVADA. Em votação o Projeto. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final dos Projetos de Resolução nºs 141 a 153/75, 171, 172/75, 178/75, 179/75 e 186/75, e dos projetos de Lei nºs 151 e 165/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 185/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando dispensa de audiência da Comissão de Recursos Humanos, para o Projeto de Lei 143/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna pelo Sr. Deputado Lúcio Machado, solicitando voto de congratulações com a revista "Rumo Paranaense" pela reportagem extensa e substancial homenageando o Professor Raul Gomes. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas medidas contra abusos e irresponsabilidades de Empresas de Transportes Coletivos com tráfego noturno e de longa distância.) APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo e sugestão à Primeira Dama do País, Sra. Lucy Geisel, no sentido de que interceda junto ao Sr. Presidente da República, na proibição de propaganda na televisão, jornais e revistas, que afeta a mulher brasileira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado lido da tribuna em sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, projeto de lei - sugestão, objetivando a instalação da Universidade do Norte Pioneiro do Paraná. — APROVADO.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de ordem) Sr.

Presidente, o requerimento mencionado pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni, V. Exa., data vênica, não mencionou os números e por uma questão de atendimento ao Regimento Interno, gostaríamos que fossem declarados os números desses Projetos, dispensando a Redação Final..

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — A Presidência dispensará a leitura da relação mencionada por V. Exa., visto que o Sr. Secretário, na abertura desta sessão, situou a leitura dos requerimentos encaminhados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu havia entendido que o requerimento houvera sido apresentado agora. Peço escusas.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência agradece a compreensão de V. Exa. na condução dos trabalhos.

Concedo a palavra em Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prometo ser breve, mas não poderia deixar de registrar a posição da ARENA no episódio referido no Pequeno Expediente, por S. Exa. o eminente Deputado Deni Schwartz, e ao final do Grande Expediente, pelo eminente Deputado Luiz Carlos Zuk.

S. Exa. o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, referindo-se à ARENA de Maringá, qualificou os seus membros de arenistas indecentes e de passagem, referindo-se a S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios do Interior do Estado do Paraná, fez também com as mesmas expressões, as mesmas acusações.

Por liderar nesta Casa a bancada da ARENA e por entender que nos diferentes escalões estamos todos nivelados, quanto ao compromisso que em cada um de nós abrigamos no sentido de solidariedade, do companheirismo e até da co-responsabilidade nas atitudes políticas, é que venho à tribuna para solicitar da Presidência, data vênica, do entendimento do Deputado Luiz Carlos Zuk, que tem sido nesta Casa um homem aberto ao diálogo, que tem sempre nos propiciado dialogarmos

em termos altos, que eu requeiro, Sr. Presidente, que se expunjam das notas taquigráficas as expressões que, no entender da minha bancada, não são dignas de serem proferidas e assacadas contra eminentes companheiros nossos, o Sr. Secretário do Interior, Dr. Noel Lobo Guimarães, não pretendeu ao convidar o Sr. Presidnete da Arena de Maringá, para que saudasse os presentes, em momento algum, diminuir a respeitabilidade, o valor que tem e nós da Arena reconhecemos S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Maringá. Se na saudação que fez aos presentes, o Sr. Presidente da Arena deixou de saudar autoridades presentes, não se apercebeu que sua atitude foi indelicada.

É com justa razão, como uma atitude de desrespeito a uma autoridade que ali estava para referendar um convênio, em nome de uma coletividade que ele dirige como Prefeito Municipal, mas eis que o Secretário do Interior, se assim proceder, atendeu também apelos da nossa bancada que, por inúmeras vezes, em reuniões de bancada, solicitou e até exigiu do Governo do Estado, de sua equipe de assessores diretos, que a ARENA, como Partido, como bancada de todos os níveis, municipal e estadual, se fizesse presente nos acontecimentos que pudessem marcar a presença objetiva do Governo do Estado, da União, nos episódios políticos e administrativos do nosso Estado. Ao convidar o Diretório Municipal da Arena para prestigiar o acontecimento S. Exa. nada mais fez do que atender às ponderações da nossa bancada, que eu reputo justas quando pretendem, participando destes acontecimentos, creditar-se da ação governamental.

Em neste episódio, o entendimento que dele temos é de que não fosse a falha do orador, que ao enumerar as autoridades presentes deixou de citar uma das figuras mais importantes daquela acontecimento, estaríamos todos justificados, e justificando o Governador, representados ali pelo BNH e pelo Banco do Estado do Paraná, estavam repassando recursos para obras em município dirigido por Prefeito eleito pela legenda do MDB.

E queríamos significar com isto, como queremos significar no futuro, quando estaremos presentes em outros atos que se ferirem, que envolvam Londrina, que possam envolver Guarapuava, Enéas Marques, Vitorino, São João, Coronel Vivida, Clevelândia, Municípios em que o MDB tem o seu prefeito Municipal. Mas, com a nossa presença, para significarmos que o Governo da ARENA não faz, não fez e nunca fará nenhuma discriminação a administrações municipais do MDB. Que pretende, como tem pretendido, atendê-los no mesmo nível.

É esta a razão, porque pretendo justificar neste episódio, a atuação de S. Exa. o Sr. Secretário do Interior, que pretendendo valorizar a classe política, a classe a que pertencemos, a classe que ninguém defende se não a defendermos, conferiu ao Sr. Presidente do Diretório da ARENA de Maringá, o privilégio até de, em nome da população de Maringá, saudar os presentes.

Portanto, que não se assaque contra S. Exa. nenhuma acusação de que ele assim agindo, tenha pretendido, como não pretendeu, ferir melindres e ofender a dignidade de quem quer que seja.

Não conheço a política de Maringá. Respeito a cidade. Tenho pela ARENA de Maringá uma admiração muito grande, porque sei que ser Partido político numa cidade de oposição.

Sei, e ninguém desconhece, que S. Exa. o Sr. Prefeito Silvio Barros, é um homem de Partido. Convivemos com S. Exa. nesta Casa por muitos anos. É um homem disciplinado, um homem que defende seu Partido, não só no Partido, como na administração.

É justo que exista em Maringá, como em todos os municípios do Estado existem, desentendimentos a nível de Partido. Que neste instante, como foi o caso de ontem, a

ARENA tivesse pretendido credenciar-se uma obra grandiosa que vai ser construída em Maringá, para dizer ao povo que a ARENA participou através do BNH e do Banco do Estado do Paraná, na construção da Avenida do Contorno, ou de outras obras que serão construídas com aqueles recursos. Mas que este acontecimento não abale o diálogo cordial, franco e respeitoso que nesta Casa os eminentes homens do MDB souberam manter com os homens da ARENA.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. tem nos ensinado, e, como os discípulos temos aprendido com a sagacidade de V. Exa., com o zelo que sempre tem declinado da tribuna para com os seus correligionários. Louvo a atitude de V. Exa. ao pretender fazer a defesa das pessoas que V. Exa. acabou de citar e nós entendemos com o devido respeito, que é lícito se fazer representar. Mas a autoridade máxima de Maringá, parece-me que sofreu assim até quem sabe, por falta de um zelo maior pela respeitabilidade da autoridade, por parte daqueles que os nossos Deputados se referiram aqui, poderia ter sido até uma despreocupação, um descuido por parte daquele diretório.

E quando V. Exa. fala que o Governo participa com a presença em contratos, financiamentos e em repasses como estes, eu digo a V. Exa. que o Governo é do povo e deve ser pelo povo.

Estou de acordo nobre Deputado Ivo Thomazoni, até, como é o caso de Curitiba, que o Prefeito Saul Raiz teve que ir em socorro de uma verba de trezentos milhões de cruzeiros para a construção da Avenida das Torres, que as autoridades financeiras teriam desviado para outro setor. Quando nós reclamamos da tribuna desta Casa, que o Paraná às vezes carece de uma presença mais efetiva nas áreas de administração pública, nos parece que temos razão.

É só uma observação. É, inclusive, para dar apoio a S. Exa. o Prefeito, em quem nós não votamos até por coerência partidária, mas que ele está servindo por força institucional, está servindo à população curitibana. E é por isso que lembro a V. Exa. que seria oportuno também dar a ele, o respaldo necessário para trazer à população sofrida de Curitiba, o apoio, o prestigiamento adequado. E por causa deste entendimento nós estaremos e estamos prestigiando e socorrendo o Prefeito Silvio Barros, que foi diminuindo do ponto de vista de autoridade, foi diminuindo na sua investidura. Era o aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, V. Exa. regimentalmente me confere mais 15 minutos para concluir?

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas, nobre Deputado, disse bem.

O organismo o órgão público federal, estadual ou municipal, sempre fez parte do Governo e o Governo é o povo.

Povo é ARENA, povo é MDB. Razão pela qual que me permito defender a tese de que o povo deve participar desses acontecimentos. Não vejo razão pela qual não se convide a ARENA para participar de um ato de assinatura, de um repasse de importância tão vultuosa, que não se convide a ARENA para ela participar deste ato, que é um acontecimento relevante para nosso Estado.

Em nenhum instante eu pretendi nem significar que estava com a razão o Presidente da ARENA, quando ao saudar os presentes, omitiu o nome do Prefeito Municipal de Maringá.

Pelo contrário, significar que é possível que o orador tenha esquecido de nomeá-lo, e não o tenha feito de má fé. E se assim o fez, nada mais justo, à bancada do MDB, que repudie a maneira de proceder desse companheiro.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, não posso perder esta oportunidade de apresentar meus parabéns a V. Exa. por uma

frase dita por V. Exa. desta tribuna: A ARENA não é o partido do Governo, mas é o Partido no Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — Pretende ser o Partido no Poder.

O SR. DENI SCHWARTZ — Nobre Deputado, aos ouvidos dos políticos, esta frase soa como uma das músicas mais maviósas. Porque, o Partido no Poder e não o Partido do Poder, admite-se Oposição e Oposição que, um dia, venha também estar no Poder.

Nós todos do MDB rejubilamos quando o Presidente Geisel deixou de ser, nas palavras do Deputado Osvaldo Macedo, o Chefe da Revolução e foi à Convenção de seu partido como Chefe de Partido.

Isso para nós, políticos, talvez represente a maior vitória dos últimos 11 anos.

E diga-se de passagem, que encerramos o ano satisfeitos porque sabemos que o político está, aos poucos, inclusive no dizer do Presidente da República, que admite dialogar com políticos, que os Partidos estão realmente participando do Poder, mas não sendo Partido do Governo.

Mas, nos preocupamos quando ouvimos a expressão do nobre Deputado Muggiati Filho, dizendo que, em alguns lugares, se pretende fazer a política que se fazia em 1.800, política de coronelismo. E por isso, nos rejubilamos e achamos que a ARENA tem todo o direito de participar de todos os atos que o Governo esteja participando. Nossa revolta foi, pelo fato de não seguirmos novamente Geisel, que em 1º de maio em visita a Joinville, teve o cuidado de antes de mais nada, recomendar ao Sr. Governador de Santa Catarina, que convidasse todos os Deputados do MDB para participarem de sua recepção e que nós tememos que o fato seja transformado pelos políticos menos avisados, em fato corriqueiro.

Vejam, Srs. Deputados, a nossa revolta não se baseia apenas no fato da omissão do nome de Silvio Barros. Podia ser uma omissão. Nossa revolta é maior, é o convite feito pelo Sr. Presidente do Diretorio Municipal da ARENA, para que o Sr. Prefeito assistisse a solenidade de assinatura de um convênio, de um contrato. Até parece ridículo, porque se o Prefeito não aceitasse o convite e não comparecesse, não haveria solenidade, não haveria convênio nem contrato. Ele era parte. E no jornal está o convite feito pelo Presidente da ARENA de Maringá. Admito que ele convidasse todos para a solenidade de assinatura mas nunca o Prefeito, porque sem ele não haveria solenidade e nem contrato.

Esse é o nosso temor, que se repitam fatos como esse em outras localidades. Amanhã, eu, homem do MDB, cliente do Banco do Estado do Paraná em Francisco Beltrão, tenho que pegar autorização do Diretorio da ARENA para fazer um empréstimo ou um depósito. Dentro desse princípio, dizendo que a ninguém mais do que a nós, políticos, interessa a participação dos políticos em todos os atos políticos da ARENA inclusive, a ninguém mais do que a nós interessa essa participação, é que termino meu aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — Antes de conceder aparte do

Deputado Gabriel Sampaio, gostaria de, dialogando neste clima de entendimento, o que é salutar para este Poder, emitir alguns conceitos. Veja V. Exa. que até bem pouco tempo não havia na ARENA nenhuma preocupação, ou se houve, não houve incursão mais objetiva, no sentido de se situar como Partido do Governo, deixando a condição de Partido de governo ou do Governo. Tanto isso é verdade que no Paraná assistimos as eleições de 74 e presenciamos a eleição e reeleição de novos nomes do MDB, saídos do quadro de funcionários do Banco do Brasil: 3 ou 4 Deputados e um Senador. Com o próprio Banco Brasil fazendo críticas dos políticos da ARENA que diziam que a ARENA é um Partido marginalizado naquela principal instituição creditícia estadual que temos neste País.

Mas, Sr. Deputado Deni Schwartz, com o resultado da

eleição de 74, adverso para nosso Partido é ato compreensível e V. Exa. há de convir comigo que tivesse tido, que houve o cuidado da ARENA não só exercitando sua imaginação criadora, como apelou o Presidente que nós a exercitássemos, que procurássemos verificar se não era conveniente também para a ARENA e como o MDB usou o Banco do Brasil de maneira a colocá-lo contra a ARENA em favor do MDB, para eleger seus 4 Deputados Federais e seu Senador, mas também a ARENA pudesse usar, não contra o MDB, mas de forma mais simpática à ARENA, aquelas instituições no bom sentido para, valendo-se do que aquele estabelecimento de crédito pudesse, na sua administrativa, ajudar o desenvolvimento do Estado, ir creditando o Partido daquela soma de atitudes ou de ações que engrandecem e enobrecem aqueles que aplaudem essa ação.

V. Exa., como homem vivido que é, deve compreender que a ARENA, a perspectiva da ARENA, após o resultado adverso das eleições de 74, tem se preocupado, a nossa bancada, assim como os Diretórios Municipais e o Estadual têm se preocupado em discutir esses problemas e exigir que o Governo dê participação no Governo para a ARENA. Participação como? Nessas solenidades para que o povo veja a ARENA participando dos acontecimentos.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Comunico ao nobre orador que restam apenas dois minutos para que possa concluir sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, concedo os dois minutos que me restam ao Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Vou procurar, Deputado Ivo Thomazoni, ser o mais sintético possível.

Primeiramente agradeço a V. Exa., que a meu pedido, fez a defesa dos acontecimentos ocorridos nesta Casa, na tarde de hoje. Evidentemente que causou espécie a alguns companheiros que nós, como representantes de Maringá, não tivéssemos entrado na "briga". Mas, entendemos, Sr. Deputado, que a nossa participação, talvez, só tivesse servido para acirrar os ânimos mais exaltados durante esta tarde com relação ao episódio ocorrido ontem no Banco do Estado do Paraná.

Entendemos, Deputado Ivo Thomazoni, que certas coisas são de política íntima dos municípios e não traríamos para esta Casa problemas que dizem respeito a nossa política doméstica, porque não somos Vereadores. Às vezes alguns pretendem o ser por influência de um largo período de atuação no

Legislativo de cidades importantes do Paraná.

Diríamos somente para esclarecer este ponto pessoal, que a omissão, acredito e com sinceridade, tenha sido sem intenção da parte do presidente da ARENA de Maringá. Esta omissão também é feita em Maringá, porque esta não é a primeira parcela que recebe a Prefeitura de nosso Município de órgãos federais e estaduais. Já recebeu a Prefeitura bilhões de cruzeiros e até aqui, como bem falou V. Exa., com relação a atuação no momento em que a ARENA acordou no pleito de 74, as obras eram feitas com dinheiro do BNH conquistada com bravura, com perfeição e com o tinho administrativo do Prefeito de Maringá, que reconhecemos, mas que no momento da aplicação do benefício em nossa cidade era omitido, talvez sem querer, o nome do órgão que oferecia, que ofereceu os recursos necessários para aquelas obras.

Portanto, omissão por omissão, perdoamos aquela omissão, como deve ser perdoada também a omissão da não citação do nome do Sr. Silvio Barros, por parte do Presidente do Diretório da ARENA.

Era isto que queria dizer, neste curto momento que dispunha, a fim de esclarecer a minha posição nos acontecimentos.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a intervenção que foi valiosa do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, e agradeço aos eminentes Deputados Deni Schwartz e Luiz Carlos Zuk, pela compreensão e atendimento ao nosso apelo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere a solicitação do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Com a aquiescência do Deputado Luiz Carlos Zuk, solicitamos às taquígrafas que promovam a exclusão dos termos solicitados pelo ilustre Líder do Partido Situacionista.

Nadamaís havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 151 e 165/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 238, 239, 240 242 a 252/75, e de Lei nºs 143/75.

Levanta-se a Sessão.